



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO GESTOR DO PARQUE MUNICIPAL DA FONTE DO PEABIRU**

**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO
PARQUE DA FONTE DO PEABIRU.
(Biênio 2025-2027)**

Local: Reunião realizada no Centro Educacional Esportivo do Butantã, localizada na Rua Dr. Ernâni da Gama Corrêa, 367 - Conj. Res. Butantã, São Paulo - SP, 05539-040.

Data: 16/12/2025

Horário: 14:00

I. PAUTA:

- Leitura das atas anteriores;
- Atualização dos serviços terceirizados no mês de novembro de 2025;
- Regimento interno do Conselho Gestor;
- Definição das datas das próximas reuniões;
- Assuntos gerais.

II. REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR:

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, na cidade de São Paulo capital, reuniram-se os representantes da SVMA, Conselheiros e convidados, da quinta Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Parque da Fonte do Peabiru no Centro Educacional Esportivo do Butantã. Parte externa, ao ar livre. O coordenador Suplente do Conselho gestor do Parque da Fonte do Peabiru Guilherme Henrique Silva Pereira, abriu a reunião. Estavam presentes os Conselheiros titulares: Carla Fabiane Modesto, Eduardo Abad Barbosa, Hércules Laino de Oliveira, Mariana Cristina Moraes da Cunha, Marísia Batista dos Reis (Associação Cultural da Comunidade Morro do Querosene); Conselheiros Suplentes: Kleber Tadashi Fujihara, Wanderley Gonçalves do Vale Filho, Alexandre Alves dos Reis (Instituto Nação); e ouvintes: Mauro Carota e Pedro Comuna.

Respeitando-se a tolerância previamente estabelecida de dez minutos. A conselheira Carla destacou a importância de que cada participante contribua com um prato de comida e/ou bebida para o lanche coletivo, relatando que, na segunda reunião, havia questionado a Secretaria sobre a existência de verba destinada a esse fim, tendo ficado de receber um retorno de Guilherme e Madalena, ao que ela recebeu negativa.

Carla registrou ainda que, na reunião anterior, os trabalhos foram iniciados antes do término da tolerância acordada, o que motivou sua manifestação na ocasião. Informou que, no momento atual, eram quatorze horas e dez minutos. Em contraposição, Marísia afirmou

que a reunião anterior havia sido iniciada às quatorze horas e onze minutos, e que Carla teria chegado às quatorze horas e treze minutos. Carla, que chegou às quatorze horas e onze minutos e que, ao se manifestar, Madalena informou que, em seu celular, constava o horário de quatorze horas e treze minutos. Ressaltou que, ao chegar, à reunião já estava em andamento e que não se tratava mais da fase de informes, mas de pontos de pauta, Carla citou o ocorrido, reiterando a importância de que os acordos previamente estabelecidos entre os membros sejam cumpridos.

Na sequência, Guilherme deu início aos trabalhos explicando que, excepcionalmente, a reunião não ocorreria na sala do Centro Educacional Esportivo do Butantã, como as duas anteriores, em razão de o espaço estar sendo utilizado para armazenamento de materiais de construção. Informou que, devido ao clima quente, a realização da reunião ao ar livre era adequada. Carla fez observação sobre as dificuldades de nos escutarmos, devido ao intenso barulho provocado pela rota de aviões.

Guilherme informou que Madalena não conseguiria participar da reunião. Em seguida, dirigiu-se a Pedro e a Mauro, frequentador e morador do Morro do Querosene, que havia sido comunicado por Carla sobre a data e o horário da reunião, explicando que Madalena é sua supervisora, coordenadora do Conselho Gestor e coordenadora do Parque da Fonte, encontrando-se, naquele momento, em outra reunião no Parque do Povo. Informou ainda, que a pauta prevista para a reunião consistia na leitura da ata anterior, discussão sobre o Regimento Interno do Conselho Gestor e assuntos gerais, incluindo atualizações e serviços a serem realizados.

Carla informou que a ata não estava finalizada, embora estivesse em grande parte redigida, e questionou aos presentes se seria preferível proceder à leitura do texto parcial ou se deveria concluí-lo integralmente para posterior inclusão de ajustes. Durante esse momento, Hércules chegou à reunião. Carla prosseguiu explicando que não concordou com o conteúdo da ata um, da primeira reunião do Conselho. E solicitou que todas as pessoas presentes a ouvissem. Relatou que solicitou inclusões a Eduardo por meio de aplicativo de mensagens, tendo havido impasse quanto ao envio da ata. Destacou que, ao redigir a quarta ata, percebeu que o grupo estava há meses - cinco meses - discutindo as três atas anteriores sem conseguir finalizá-las. Informou que, na quarta reunião do Conselho Gestor, colocou-se à disposição para redigir as atas, fundamentando-se em sua experiência profissional nas Artes Cênicas e na elaboração de atas em cursinhos populares, afirmando que o papel de quem redige é registrar fielmente o que foi dito por cada pessoa, sem inserir interpretações pessoais. Ressaltou que, caso alguém alegue que determinada fala não corresponde ao que foi dito, a questão deve ser verificada com as pessoas presentes.

Guilherme manifestou compreensão diante da colocação de Carla, que prosseguiu relatando que solicitou inclusão na ata um, sobre a reunião que não consta, reiterou o pedido na ata dois, novamente sem constar, e, na ata três, houve um impasse, termo que afirmou estar utilizando exatamente conforme anotado à época, quando o conselheiro Erneides, na terceira reunião, teria afirmado que a Associação não se submeteria ao Conselho. Carla relatou que o conteúdo em ata, não foi do que aconteceu, em reunião, mas uma interpretação que a retratava de forma negativa, como se ela fosse agressiva, reiterando que tem apontado, em diversos espaços, questões que considera fundamentais. Mencionou o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, do racismo como crime estrutural, faz coro com ela o Alexandre que é preto também, citando episódio ocorrido no

Morro do Querosene durante a exibição de filmes com temática da população negra, ocasião em que, segundo relatou, não foi possível discutir os filmes em razão de conflitos porque o Conselho entrou lá dentro, e faz menção a Alexandre, que também esteve presente. Alexandre manifestou concordância por meio de gesto afirmativo. Carla segue, o conselheiro Hércules entrou lá dentro. Carla afirma que em novembro de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a existência de racismo estrutural no Brasil e a ineficiência do Estado brasileiro na garantia de direitos fundamentais da população majoritariamente negra. <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/majoria-do-plenario-reconhece-violacoes-graves-a-preceitos-fundamentais-da-populacao-negra/>.

Hércules questionou quando e onde teria ocorrido o episódio citado, afirmando não se lembrar de sua participação. Carla conta que ele foi mencionado na ocasião e explicou que trouxe o ocorrido à reunião por insistir, desde agosto, na realização de um encontro específico para tratar dos conflitos existentes, inclusive quando estava no Maranhão, em local de difícil acesso, tendo feito esforço para participar ativamente da primeira reunião do Conselho Gestor, ocasião em que fez por ligação telefônica. Porque almejava que no início de tudo, fosse realizada uma reunião para eliminar o que já sabemos que está acontecendo entre nós, da Comunidade Conselheiros. Relatou que, em atividade relacionada à exibição de filmes no bairro, voltou a solicitar a realização de uma reunião para tratar dos conflitos, mas contou que houve resistência por parte de alguns participantes, que são Conselheiros. Na ocasião, algumas pessoas presentes afirmaram que são contrárias a essa reunião. Carla questiona, que algumas pessoas, falam, e querem silenciar as demais. Carla então sugere, marcarmos a reunião, solicitando inserção na pauta do dia. Reafirmando ser reunião necessária, porque Conselheiros estão com desavenças entre si, ressaltou, relacionadas à própria existência do Conselho. Ainda, reafirma que não é contrária nem ao Conselho nem à participação da Associação, mas defende a participação ampla e respeitosa de todas as pessoas. Como falado por ela, na última reunião na presença de Liliane, não está sendo registrado isso em ata, o conteúdo abordado nas reuniões, e sim o que as pessoas contrárias a essa reunião, e ao Conselho querem, e Carla redigiu a quarta ata destacando esse apontamento. Recorda a todas as pessoas presentes, o que disse a Madalena a ocasião, que discordava dela, porque tudo o que foi conversado na terceira reunião, entre ela e o conselheiro Erneides, tem a ver com o Parque da Fonte, motivo desse Conselho existir.

Carla informou que levou atestados médicos, embora não considerasse necessário se justificar, relatando problemas de saúde após participação na Marcha das Mulheres Negras, em Brasília - outra vez o racismo - além de outras situações pessoais, como o furto de seu celular. Destacou que, como mulher negra, o racismo estrutural frequentemente pressiona e desacredita, a ela e ao seu trabalho. Ela tinha o direito legal de não participar dessa reunião, não necessitava estar presente. Enfim, aconteceram várias situações com ela, que ela não precisaria provar. Mas, ela sendo mulher negra sente essa cobrança constante, essa pressão estrutural. Enxerga que está tendo um equívoco muito grande, desde o início do Conselho, que ela já se pronunciou reiteradamente - nas três atas anteriores - e que não está presente lá, e ela faz questão. E informa, que a ata quatro que está redigindo, será extensa, por conter a transcrição fiel do conteúdo das falas, e não suas interpretações das mesmas. Porque está transcrevendo exatamente o que cada pessoa falou. Estava tentando concluir, mas foi à Londrina. Relatou ainda, ter retornado antes de viagem - na data da reunião - mesmo diante de questões familiares delicadas, para estar presente e se manifestar nessa reunião, almejando ser essa a última vez que ressalta essas

questões pertinentes e necessárias para o destrave, e, andamento do Conselho Gestor para implantação do Parque.

Citou que Hércules trouxe uma fala importante na reunião anterior, ao questionar qual seria o motivo de estarem reunidos. Carla questionou “qual é o motivo de estarmos ali?” e respondeu que seria o Parque, acrescentando que o objetivo comum deveria ser a busca pela paz. Nesse contexto, Carla propôs que a reunião fosse utilizada para tratar questões pendentes da Comunidade do Morro do Querosene, afirmando que as discussões não estariam seguindo uma sequência lógica e que o grupo estaria “patinando”. Ressaltou que todos são, simultaneamente, membros da comunidade e conselheiros, e que a finalidade do Conselho é o Parque, devendo o objetivo comum ser a construção da paz. Apresentou, ainda, questionamentos acerca das candidaturas ao Conselho e o processo eleitoral, defendendo que tais temas sejam discutidos de forma aberta. Argumentou sobre a urgência da realização dessa reunião e exemplificou mencionando que não conhecia Kleber Tadashi Fujihara, tendo tido pouco contato, e que gostaria de compreender as razões de sua candidatura ao Conselho. Relatou, também, que já havia se manifestado anteriormente no sentido de que Eduardo e Mariana foram eleitos por estarem na mesma chapa do Mestre Erneides, e que sabemos que houve campanha contrária a Carla, Hércules e Ana Flor. Acredita que essas pautas devem ser discutidas para que sejam devidamente elucidadas, destacando não ter qualquer objeção em ouvir os demais. Por fim, informou que realizaria a leitura da quarta ata e que, caso houvesse considerações, estas poderiam ser registradas por escrito para posterior inclusão no documento.

Hércules solicitou saber sobre a citação de seu nome no episódio relacionado ao cinema no Morro. Carla respondeu que seu nome foi citado na reunião em questão. Guilherme questionou a qual reunião Carla se referia, e ela explicou tratar-se de uma atividade de exibição de filmes realizada na comunidade Morro do Querosene.

Marísia pediu um aparte, e disse que quem está lá são as pessoas e não é o Conselho. Carla afirmou que havia conselheiros presentes e que citaram Hércules, que são assuntos do Parque, e do Conselho Gestor. Mauro observou que considera problemático, falar de alguém quando essa pessoa não está presente. Que ele fala, e o que ele fala ele sustenta, porque ele fala na presença das pessoas, o que ele acredita que tem que ser dito, e ainda que Mariana não o convidou, mas que ele foi convidado a reunião e estava para se manifestar.

Carla questionou novamente se deveria proceder à leitura do texto já elaborado ou se seria mais produtivo concluir a ata integralmente para posterior apreciação. Guilherme informou, que a Liliane explicou a ele que, se a ata não estivesse pronta até a data da reunião, sua aprovação ocorrerá juntamente com a ata seguinte, ou seja, as duas atas seriam apreciadas conjuntamente. Guilherme sugeriu que Carla finalizasse as duas atas e as encaminhassem posteriormente por e-mail. Carla perguntou se havia alguma objeção, não havendo manifestações contrárias.

Eduardo manifestou-se informando que constam parágrafos relacionados ao tema nas atas um, dois, e três, que realizou as inclusões. Carla perguntou se Eduardo havia retificado então, pois Guilherme havia reenviado as três atas recentemente, não havendo tempo hábil para reler o conteúdo, antes da reunião. Eduardo afirmou que realizou as inclusões solicitadas, não sabe se está exatamente o que Carla disse, afirmando a

dificuldade de transcrever fielmente as falas. Informou que constou em ata, que Madalena e Guilherme disseram que essa reunião não seria pautada pelo Conselho, que poderia ser convocada fora do Conselho, e a maioria concordou. Citou que a primeira foi online. A segunda, a Carla falou novamente, achava importante fazer a reunião. Na Ata está exatamente isso, a Carla voltou a solicitar a inclusão do pedido de uma reunião. Mencionou ainda questões ocorridas em grupo de Whatsapp, onde Wanderley estava falando mal dele, que Wanderley não conhece a vida dele, e ficou colocando no grupo assuntos que não tinham a ver, falando muito dele lá. E que Carla disse que ele foi eleito porque estava com Erneides, são questões pessoais que não deveriam ser misturadas ali.

Carla afirmou que, em reunião anterior, Liliane informou que o canal oficial de comunicação do Conselho Gestor é o e-mail, destacando a existência de elevado número de mensagens no grupo de aplicativo - cento e cinquenta e oito somente na ocasião - que, segundo ela, gera desgaste. Declarou que optou por não acompanhar essas mensagens, em respeito à sua saúde física, mental e espiritual, considerando ofensivas determinadas trocas relatadas. Que determinados conselheiros, a estão desgastando, ofendendo, agredindo. Reiterou que não aceitará agressões e que deseja transparência. Destacou que, a partir da definição do e-mail como canal oficial, deixou de utilizar o grupo de mensagens, e que não se sente obrigada a acompanhar comunicações que considera ofensivas. Acrescentou ainda, que se necessário for, escreverá um Ofício a Liliane - a partir do momento a mesma afirmou que o órgão oficial de comunicação do Conselho é o e-mail, porque abrirá grupo de whatsapp - Carla relatou na última ata, escreveu, ter enviado uma mensagem pelo grupo no app ao Guilherme, e ele não a respondeu, a partir do momento que ele não a respondeu, ela não usou mais o grupo de Whatsapp. Posteriormente, Liliane disse que o grupo do Whatsapp não era o local para dialogarmos.

Carla afirmou, ainda, que não pode interromper sua rotina, destacando sua condição como mulher negra e ressaltando as desigualdades salariais existentes, mencionando que mulheres negras recebem, em média, entre 27% e 64% a menos em comparação aos demais. Informou que sua fala se baseia em dados e estudos divulgados em diferentes fontes, tendo como referência os seguintes links: www.brasildefato.com.br; <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/mulheres-negras-receberam-a-menor-media-salarial-em-2024/>; <https://www.febpr.org.br/noticia/FHgi-mulheres-receberam-209-a-menos-do-que-os-homens-no-brasil-em-2024-diz-relatorio-do-governo>; <https://iclnoticias.com.br/mulheres-negras-ganham-53-menos-que-homens-brancos-ponta-dieese/>; <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2025/conscienciaNegra.pdf>; <https://www.cut.org.br/noticias/mulheres-negras-acumulam-jornadas-e-desigualdades-no-mercado-de-trabalho-diz-die-5ee8>; <https://contee.org.br/o-desolador-cenario-revelado-pela-pnad-continua/>; <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15264-retrato-das-desigualdades-21-2-das-mulheres-negras-ocupadas-nao-conseguem-contribuir-para-a-previdencia>.

Na sequência, relatou não se sentir confortável em dedicar atenção a grande volume de mensagens contendo trocas de agressões e uso de palavras de baixo calão, conforme já mencionado por Madalena, destacando que tais conteúdos são agressivos. Acrescentou que também se sente ofendida com a situação e que não se considera obrigada a permanecer nesse contexto, informando que já realizou reclamações diretamente a Wanderley e Eduardo e reiterou seu posicionamento quanto ao ocorrido. Já conversou com ambos no privado, ela pede se é verdade que não vamos trazer o diálogo para dentro das

reuniões do Conselho, então façamos logo essa reunião. E se alguns Conselheiros não quiserem a reunião, a mesma será feita com os que querem resolução, e a Comunidade. Por fim, reafirmou que ao contrário da posição manifestada por Mariana em reunião anterior, ela considera de extrema importância que o diálogo seja trazido para o espaço do Conselho e para a comunidade. Carla defende a participação aberta de todos os interessados, sem restrições. Informa, que chegou de viagem, e convidou o Mauro para reunião. Relata que Mariana disse que se sente mal, que não quer chamar ninguém. Carla posiciona-se a favor de chamar todas as pessoas interessadas, e, acrescenta que não tem nada para esconder. Mariana questionou Carla quando teria feito essa colocação. Ao que Carla respondeu, que a manifestação ocorreu na última reunião, constando em ata, e que Mariana poderia verificar a informação por meio da leitura do documento.

Eduardo prosseguiu afirmando que, para concluir, na terceira ata, inseriu um parágrafo e encaminhou mensagem por e-mail a todos, solicitando que se a ata não estivesse de acordo, oferecessem texto adequado para substituição ou inclusão. E que Carla afirma que todo o conteúdo está errado. Ao que Carla respondeu que já havia se manifestado anteriormente e que encaminhou e-mail a respeito. Eduardo avaliou que a situação se tornou confusa, uma vez que consta em ata que algumas pessoas aprovaram e outras não tenham nem se manifestado.

Marísia dirigiu-se a Guilherme buscando compreender a orientação de Liliane, que teria informado que o canal oficial seria o e-mail, para documentos. Carla ponderou que Liliane se referiu ao canal oficial de comunicação, informação que, segundo ela, foi registrada em ata. Marísia pergunta, por exemplo, uma reunião pode ser acordada verbalmente e posteriormente oficializada por e-mail, e divulgada no whatsapp, afirmando que, caso tudo precise ocorrer exclusivamente por e-mail, não haveria problema. Guilherme concordou. Marísia acrescentou que o whatsapp poderia servir para comunicações pontuais, e não para as discussões que vêm ocorrendo, ressaltando que essas discussões acabam acontecendo virtualmente, como se fossem reuniões que não acontecem externamente.

Mariana apresentou uma proposta para organização das atas, sugerindo que as reuniões fossem gravadas e posteriormente transcritas com o auxílio de ferramentas de inteligência artificial, considerando a dificuldade enfrentada para avançar na elaboração dos documentos. Ao que Carla respondeu que a dificuldade não está em evoluir com as atas. A dificuldade está em garantir que conste nelas, exatamente, o que cada pessoa falou. Afirmou que o conteúdo das atas estaria sendo alterado, o que considera errado e grave. Para evitar que a reunião se prolongasse apenas nesse tema, Carla disse que Mariana deu uma sugestão, ela apresentaria outra: a realização de uma reunião específica para leitura conjunta de todas as atas, com posterior validação e assinatura, visando sanar as inconsistências.

Mariana informou que as atas anteriores já haviam sido encaminhadas, restando apenas a última. Carla afirmou que ainda não havia tido acesso a terceira ata, e que, diante da nova versão enviada recentemente, faria a releitura, pois não concordava com o conteúdo apresentado anteriormente.

Hércules manifestou-se considerando interessante o uso de ferramentas de inteligência artificial, por entender que seriam imparciais, permitindo que todos leiam o

mesmo conteúdo. Relatou compreender o desgaste apontado por Carla, destacando que a primeira vez que falamos sobre quem seriam os relatores das atas, ele pensou "meu Deus do céu não olhem para mim". Porque é um desgaste, a elaboração de atas e relatórios é uma tarefa trabalhosa e cansativa. Em resposta, Carla destacou que sua colocação não se refere ao trabalho de redigir a ata em si, mas à ausência de registros fiéis do conteúdo da fala de cada participante. Hércules avaliou que o grupo está patinando em questões pessoais e que existe um impasse quanto à realização de uma reunião com a comunidade. Disse compreender o desejo de Carla de promover um encontro para expor e resolver conflitos, mas também entende a posição de pessoas que não desejam que aconteça. Declarou não ter certeza se gostaria de ser exposto, por saber o que as pessoas pensam a seu respeito. Avaliou ainda que o Conselho, enquanto órgão público, não teria responsabilidade de convocar uma reunião voltada a conflitos, embora reconheça a importância de que as desavenças sejam superadas para que o Conselho avance. Relatou que, em reunião anterior, mencionou a dificuldade de explicar à comunidade o que ocorre no Conselho, considerando a complexidade do Parque. Avaliou que há um impasse quanto à realização dessa reunião e que entende que a Prefeitura não deveria convocar encontros para tratar de desavenças internas, embora seja necessário encontrar meios de superá-las. Destacou que é preciso focar nos objetivos do Conselho, questionando a efetividade de determinadas propostas diante do contexto atual. O que seria uma reunião dado tudo o que o Wanderley fala, qual é a possibilidade de Erneides comparecer a uma reunião onde ele seria questionado.

Wanderley fala por cima da fala de Hércules, que pede calma e solicita concluir, destacando que também se sente desconfortável ao saber que falam a seu respeito sem sua presença.

Afirmou, então, que não necessariamente as questões do Conselho não avançam pela ausência dessa reunião, mas que, segundo ele, as coisas não andam porque o grupo está "patinando" nos mesmos temas, sendo necessário avaliar como focar nas ações. Relatou que, na última reunião, houve uma repreensão por parte de Liliane, que afirmou que a situação estava desorganizada, o que ele reconheceu. No entanto, ponderou que, de fato, a Prefeitura não entregou resultados até o momento, entendendo que é necessário realizar cobranças. Mencionou que há diversos parques em andamento na cidade e citou, como exemplo, um parque na região da Eiras Garcia, onde as obras já avançaram significativamente e o espaço já está em funcionamento, enquanto o parque em questão permanece parado, gerando a percepção de que a responsabilidade recai apenas sobre o grupo. Ressaltou a necessidade de foco, afirmando que, pessoalmente, não se importa com comentários a seu respeito, pois sua vida segue de forma tranquila, e que está disposto a fazer o que for necessário. Informou que já superou questões pessoais relacionadas ao processo da Associação e à implementação do Parque, e que não ingressou no Conselho para tratar de conflitos pessoais com Erneides ou qualquer outra pessoa, mas sim por ter sido procurado por membros da comunidade e por possuir vínculo direto com o território, uma vez que residia na área onde o Parque está sendo implantado, a casa dele foi demolida, para implantação do Parque, e sua família permanece no local.

Destacou, ainda, seu papel como agente mobilizador cultural da comunidade, mencionando a realização do Samba do Querosene Convida, evento do grupo que Hércules é integrante co-fundador, que seria realizado na Praça do Morro, com expectativa de grande participação de público. Afirmou que não está no Conselho para tratar de

conflitos, mas para contribuir com o avanço do Parque, e acrescentou que, caso o grupo passe a trabalhar de forma efetiva, será possível tirar o projeto do papel, caso contrário, permanecerão estagnados. Destacou que, caso a situação se mantenha, a percepção externa poderá ser negativa, o que considera inadequado. Reforçou a necessidade de interromper discussões recorrentes, afirmando que, caso determinados temas não possam ser tratados naquele espaço, que sejam encaminhados para outro local apropriado. Ressaltou que não é produtivo retomar semanalmente os mesmos conflitos, mencionando que questões relacionadas à Associação dizem respeito aos envolvidos diretamente, não devendo impactar o andamento do Conselho. Destacando que quem quiser propor, proponha para outros locais, tratar esses conflitos. Pontuou, ainda, o excesso de mensagens no grupo de whatsapp, como o suplente Wanderley tem feito, considerando prejudicial à dinâmica do trabalho.

Carla se manifesta em concordância com a fala de Hércules. Este, relembra que, na reunião anterior, defendeu que o grupo deveria focar na definição de propostas concretas, destacando que cobranças já foram realizadas diversas vezes sem retorno, sendo necessário avaliar outros encaminhamentos, inclusive na esfera jurídica, uma vez que o grupo se encontra limitado em suas ações. Afirmou que há diversas questões relevantes, mas que não têm sido apresentadas de forma estruturada, reiterando que o grupo precisa se organizar para que haja avanços. Destacou que a ausência de resultados decorre tanto da falta de organização interna quanto da inação do poder público. Observou que as reuniões têm se concentrado em discussões sobre atas, sem avanços práticos, enquanto a Prefeitura não apresenta respostas às demandas. Ressaltou que reconhece o empenho de alguns membros, embora não acompanhe integralmente todas as ações, e que há diversas solicitações sendo feitas à Prefeitura sem retorno. Criticou o fato de o grupo estar em conflito interno enquanto não há avanços externos, enfatizando a necessidade de união para fortalecimento das ações. Destacou que o grupo possui potencial significativo e deveria estar pautando o poder público, e não sendo alvo de críticas, o que afirmou lhe causar constrangimento. Por fim, reiterou que não se preocupa com comentários pessoais a seu respeito, mas sim com a efetividade das ações do Conselho.

Mariana manifestou se. Wanderley tentou intervir. Carla solicitou que Hércules concluísse sua fala, para limpar esses assuntos. Hércules reforçou que sua proposta é o alinhamento do grupo, para que possa ter orgulho de sua participação no Conselho. Defendeu que questões passadas precisam ser superadas, para que o trabalho avance.

Carla solicitou um aparte, questionando, diante do que Hércules falou, se entre as 158 mensagens no grupo de aplicativo, havia informações relevantes que ela precisasse saber, dirigindo-se a Guilherme, a quem considerou imparcial. Por exemplo, disse ela “olha a Potenza conseguiu aquilo lá”, falam por cima do Guilherme algo sobre o cavalo. Carla afirma que se não tem nada a assuntos que são pertinentes à resolução do Conselho, ela irá apertar delete, e faz dela as palavras de Hércules. Ressaltou que, durante a elaboração da ata, foi indignando por ter de registrar a avaliação Liliane de que o Conselho estaria uma bagunça. Hércules comentou sobre a força do grupo. Carla afirmou que o Conselho é uma potência, mas solicitou respeito no uso do aplicativo de mensagens, pedindo que o grupo seja utilizado apenas para comunicações objetivas e respeitadas, questionando o excesso de mensagens e conflitos, solicitando a Eduardo e Wanderley, ou seja quem for, está citando os dois porque sabe através dos próprios que eles discutiram, que de uma vez por

todas, por gentileza, whatsapp é para assuntos pontuais. Pede para que todos nos respeitemos.

Wanderley perguntou quando teria oportunidade de falar, e Carla respondeu que seria naquele momento. Wanderley iniciou sua fala mencionando a existência de uma banca com identificação do Parque da Fonte em espaço público, falando pelo Parque. Questionando a caracterização de determinadas falas como assuntos pessoais. Hércules informou que faria um aparte e seria advogado do diabo. Guilherme solicitou atenção ao tempo de fala, e Carla acrescentou que, caso contrário, não seria possível avançar na discussão do Regimento Interno. Mariana solicitou para gravar a reunião. Alguns presentes manifestaram concordância, ao que Mariana informou que encaminharia a gravação para Carla para a elaboração da ata. Carla respondeu que, nesse caso, preferia ela mesma realizar a gravação, para que Mariana não lhe enviasse nada. Hércules explicou que se tratava de um aplicativo de gravação. Carla afirmou que continuaria fazendo as anotações por escrito, reiterando que, se fosse para gravar, ela própria realizaria a gravação. Mariana aciona o celular e começa gravar, mesmo diante da discordância expressa por Carla. Na sequência, Wanderley passou a relatar aspectos históricos relacionados ao Parque, afirmando que o processo estava paralisado há anos e que passou a avançar a partir da atuação dele próprio, de Pedro e da vereadora Luana Alves. Declarou que o grupo poderia ter buscado a Secretaria do Verde em outros momentos. Carla questionou se Pedro a quem Wanderley se referia era o presente na reunião, o que foi confirmado, Pedro Comuna.

Wanderley prosseguiu afirmando que, em razão do Parque, houve interferências em sua vida pessoal, inclusive situações de agressão verbal decorrentes de informações distorcidas. Declarou que não pretende acionar judicialmente pessoas, ressaltando que esse tipo de ação não é simples nem acessível. Relatou que, desde o início, o avanço do Parque ocorreu quando foram à Subprefeitura para compreender a situação, ocasião em que tomaram conhecimento de que não haveria mais negociação com a Associação, em razão de episódios de destrato, conforme registrado em ata oficial da Secretaria do Verde. Informou, ainda, que compartilhou essas informações no grupo de mensagens, inclusive com registros fotográficos feitos na Secretaria do Verde, reforçando que não estava buscando conflitos, mas evidenciando a estagnação que perdurava há anos, e que não está “caçando assunto” com ninguém. Afirmou que, ao mencionar Eduardo, refere-se a pessoas públicas e a entidades, e não a aspectos da vida pessoal de indivíduos. Declarou compreender o contexto como um debate político e questionou limites impostos à forma de expressão, mencionando discussões sobre eventual Regimento que restringiria o uso de ironia. Defendeu que o Parque voltou a avançar em razão da mobilização social, da atuação junto à Prefeitura e da articulação com lideranças e moradores da comunidade. E que diversas pessoas da comunidade o procuraram com interesse em fazer parte da Associação e do processo do Parque, questionando se ele poderia articular essa participação. Informou que orientou moradores a se organizarem em chapas para participação nos processos eleitorais, tanto da Associação quanto do Parque, assumindo a responsabilidade por essa atuação. Estando na Associação, e orientou que, quando houvesse eleição, os membros da comunidade organizassem suas chapas, como ele faria, ia chamar Ana Flor, Hércules, exatamente como fez no processo do Parque. Afirmou que, ao montar sua chapa, obteve êxito na eleição, entendendo que foi o único diretor eleito de forma efetiva, assumindo essa posição como sua opinião. Acrescentou que, no caso da Associação, houve chapa única, sem possibilidade de acesso de votação pela população local. Já no caso do Parque, destacou que, com apoio de Luana, Pedro e diversas pessoas,

foi possível viabilizar uma votação em curto prazo, com ampla participação, inclusive o movimento por moradia, entrou forte e votou nas mulheres pretas. Expressiva votação em comparação com outros parques da cidade. Afirmou, assim, que o avanço do Parque decorreu do processo democrático e da mobilização coletiva. Pontuou, ainda, que a Associação cultural que teve uma chapa única, não permitiu outros diretores, está atuando em eventos, como a Festa do Boi, manifestando-se em nome do Parque, dizendo que eles estão administrando, por vezes de forma divergente do que é tratado no Conselho. Declarou não possuir conflito pessoal com Erneides.

Nesse momento, Carla manifestou que o tema deveria ser tratado em outra reunião. Wanderley reitera que já havia dialogado anteriormente com Erneides, Sonia sobre a Associação, defendendo que a comunidade deveria participar das decisões. Mencionou que demandas da comunidade, incluindo manifestações de D'Olinda e outras pessoas, motivaram esse debate. Ressaltou que questões como o Cine Querosene são sensíveis para ele, afirmando ter se sentido magoado, e que tais temas exigem cautela. E que a reunião que propõe não tem como objetivo expor conflitos da comunidade, mas sim estabelecer uma posição institucional do Conselho Gestor, por meio de nota oficial, definindo que a gestão do Parque, compete ao Conselho Gestor e nenhuma outra entidade, evitando divergências públicas. Argumentou que situações recentes geraram conflitos externos, inclusive interpretações equivocadas de falas compartilhadas no grupo, resultando em episódios de agressividade. O assunto que moveu uma pessoa a agredi-lo, foi falar que ele estava agredindo idoso. Assunto de dentro do Conselho, foi falado pelo Eduardo em uma confusão que ele não sabe.

Eduardo questionou por que seu nome estaria sendo citado. Carla interveio solicitando que o debate não prosseguisse naquele momento, depois de tudo que ela e Hércules, já haviam destacado, não seria produtivo aprofundar o tema naquela reunião. Ainda assim, Eduardo e Wanderley passaram a falar simultaneamente, questionando-se mutuamente. Carla voltou a intervir, questionando a continuidade da discussão e mencionando a proposta de reunião extraordinária.

Wanderley respondeu que situações discutidas no grupo de mensagens estavam gerando interpretações equivocadas fora do espaço do Conselho. Carla solicitou novamente que a pauta fosse tratada em reunião específica. Guilherme solicitou a Wanderley que contribuísse para o andamento da reunião, informando que já eram quatorze horas e quarenta minutos. Wanderley prosseguiu em sua manifestação. Carla afirmou que se retiraria da reunião caso não houvesse encaminhamento para a discussão do Regimento Interno, declarando insatisfação com a condução do debate. Eduardo afirmou não ter envolvimento com as questões relacionadas ao Cine Querosene, mencionando sua participação no projeto em anos anteriores. Hércules ponderou que o Cine Querosene não constava na pauta e não deveria estar sendo tratado naquele momento.

Carla reiterou sua intenção de se retirar e solicitou providências a Guilherme, afirmando que não compareceu para discutir aqueles assuntos. Eduardo e Wanderley continuaram a se manifestar simultaneamente. Eduardo citou o movimento Jovem Consciente e mencionou Alexandre. Guilherme solicitou a ambos que retomassem a reunião conforme as pautas previamente definidas. Mariana sugeriu a retomada formal da reunião. Carla pediu licença e informou que não permaneceria acompanhando aquele

debate. Mauro comentou que Wanderley estaria falando sozinho. Wanderley afirmou que não conseguia concluir sua fala. Eduardo declarou que Wanderley repete a mesma fala em reuniões anteriores. Carla questionou o tempo de fala, observando que já se aproximava de quinze minutos.

Wanderley afirmou não considerar necessária a realização de reunião popular, defendendo que as questões poderiam ser tratadas entre os conselheiros, inclusive em outros espaços, se necessário. Discordou de falas atribuídas a João sobre Hércules e defendeu a importância do diálogo, ressaltando que todos estariam do mesmo lado. Hércules declarou não se sentir afetado. Wanderley prosseguiu mencionando situações passadas que geraram impactos para membros do grupo, citando, como exemplo, episódios envolvendo a família de Hércules, ressaltando que, em momentos anteriores, houve manifestações de indignação semelhantes.

Carla dirigiu-se novamente a Guilherme solicitando intervenção. Guilherme tentou intervir chamando Wanderley à ordem. Wanderley continuou sua fala. Carla pediu atenção e afirmou que se retiraria e entraria em contato com Liliane, por não suportar mais a situação. Guilherme declarou que não elevaria o tom de voz e informou que, caso a reunião não avançasse, daria por encerrada, encaminhando os registros à secretaria.

Carla lembrou que Pedro estava inscrito para fala e que deveria ser respeitada a ordem. Wanderley afirmou que assuntos relativos ao Parque são de competência do Conselho Gestor e que não seria necessário ampliar a discussão à comunidade, destacando que a Associação constitui outra esfera. Carla reforçou que faremos uma reunião, que não era ali, naquele momento e solicitou que fosse dada a palavra a Pedro. Guilherme explicou a Wanderley que questões relativas à eleição da Associação, como a formação de chapa única, não dizem respeito ao Conselho Gestor, uma vez que o Conselho havia sido constituído recentemente. Wanderley afirmou que a questão de a Associação falar em nome do Parque estaria relacionada ao Conselho.

Hércules solicitou a palavra e apresentou um exemplo envolvendo o Centro Cultural Butantã (CCB), relatando que a entidade se engajou (através de uma oficina de cartazes) em mobilização social pela luta em prol da UPA Rio Pequeno, exemplificando que, mesmo com forte atuação, o CCB não se torna gestor da UPA. Carla pontua, maravilha estão somando à luta. Hércules prosseguiu afirmando que a Associação atua em suas próprias pautas, o que considera legítimo, sendo uma entidade da sociedade civil organizada, assim como outros coletivos e movimentos sociais. E, acrescentou que o Forró pela Democracia, faça tanto que as pessoas comecem a confundir, o Forró pela Democracia com a gestão do Parque. Ressaltou que a atuação dessas entidades não as torna responsáveis pela gestão do Parque. Carla sugeriu que, caso Wanderley desejasse, formalizasse suas demandas por meio de ofício.

Guilherme pede para seguirmos os pontos em pauta. Carla diz a Pedro que é a vez dele.

Marísia diz que tinha levantado a mão e tem uma parte sobre isso. Na Festa do Boi, tinha uma placa sobre o Parque da Fonte do Peabiru, porque a Associação é engajada nesse assunto. Mas, tinha também “Arranha-céu no Morro não” e “Nova Raposo não”, eram as lutas, não era vou falar só sobre Parque da Fonte, que eu sou dona do Parque. Estava

falando de todas as lutas que a Associação participa, só para deixar isso claro. Carla diz a Wanderley que de ele quiser, poderia realizar iniciativa semelhante.

Eduardo solicitou que constasse em ata que, na reunião anterior, mencionou a existência de processos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) em trâmite na Prefeitura, alguns em sigilo, fato que teria gerado questionamentos por parte de Marísia. Carla afirmou que também havia questionado o tema por e-mail. Eduardo diz que são três processos SEIS em sigilo, que dizem tudo o que está acontecendo em relação a Associação. Eduardo explicou que os processos tratam de ações envolvendo a Associação, e que atualmente não ocupa cargo na entidade, embora tenha sido diretor anteriormente, mas que ele sabe disso. Informou que um dos processos se refere a ação civil pública movida pela Associação contra a Prefeitura, em razão de projeto que previa a implantação de campo de bocha em área de nascente. Carla confirmou que tal projeto existiu. Eduardo afirmou que, diante disso, não se poderia atribuir a paralisação do Parque à atuação da Associação, pois o projeto da Prefeitura não considerava adequadamente o território. A prefeitura tinha um projeto que não era olhando para o Parque, estava olhando não sei para onde, talvez para o, sei lá, não vou nem falar. Então tem três projetos.

Wanderley pediu a palavra para responder, afirmando que a Prefeitura teria alegado ausência de diálogo com a comunidade, razão pela qual decidiram avançar unilateralmente, "do jeito deles", o que gerou desespero e sua mobilização.

Eduardo respondeu que então a conversa de Wanderley será com Erneides, sua fala se referia aos processos SEI, a ata. Marísia reforçou que o ponto em discussão era o registro em ata.

Eduardo acrescentou que, embora Wanderley tenha mencionado articulação com a vereadora Luana Alves, atualmente não haveria retorno por parte dela, inclusive em relação à Associação. Hércules observou que essa informação estava sendo apresentada pela primeira vez, por Eduardo, apesar de o tema ser recorrente nas reuniões.

Eduardo seguiu afirmando que, anteriormente havia acesso à vereadora e que gostaria de tratar do assunto com Pedro, que também teria apoiado sua candidatura.

A Conselheira Carla solicitou novamente que fosse concedida a palavra a Pedro para encaminhamento e encerramento do tema, a fim de que fosse possível avançar para a discussão do Regimento Interno. Guilherme concorda e solicita darmos continuidade.

Em seguida, o conselheiro Alexandre informou que precisaria se retirar. A conselheira Carla também afirmou estar passando mal e demonstrou intenção de avançarmos. Hércules questiona sobre Marísia não ter falado. Marísia reafirma que já falou, que haviam outras lutas, e que Wanderley colocou uma foto só com o Parque da Fonte, no grupo de whatsapp, mas que se ele virasse para cá e para cá (fazendo menção aos lados da barraca da Associação na Festa do Boi) tinham outras placas.

Mauro acrescenta que a fonte tem dono, então é por isso que a placa estava lá.

Wanderley quer falar, mas Carla sinaliza que é a vez do Pedro falar, e pede para todas darem licença.

Guilherme pede calma e concede a fala a Pedro. Guilherme reforçou a necessidade de dar continuidade à reunião conforme a pauta estabelecida.

Carla pergunta se Mariana estaria filmando a reunião. Pois a mesma se encontrava com o aparelho celular apontando para ela e os demais. Mariana não responde. Hércules e Guilherme dizem que não, que Mariana estaria gravando.

Mauro informou que também atua na questão relacionada à Raposo. Em seguida, Marísia se manifestou. Mauro acrescentou que as faixas instaladas no local foram confeccionadas por uma amiga sua, com quem mantém contato diário.

Mariana fala que estava vendo como é que o app que ela estava usando para gravar a reunião estava transcrevendo.

Marísia diz que sobre as faixas era para Mauro falar com a Cecília, ao que ele responde, se ela o ver, ela sai correndo. Marísia diz que aí é com ela. Guilherme pergunta o nome do senhor que está falando. Carla responde que é o Mauro. Guilherme solicita atenção, diante da continuidade das falas paralelas. Ainda assim, houve manifestações simultâneas entre os conselheiros Eduardo e Wanderley, gerando novo momento de tensão. A conselheira Carla voltou a solicitar intervenção da coordenação, destacando que as falas extrapolavam o tempo razoável e desviavam do objetivo da reunião.

O coordenador Guilherme solicitou ordem e concedeu a palavra ao convidado Pedro, conforme inscrição prévia. O coordenador reforçou, por fim, a necessidade de respeito à fala do inscrito, reafirmando a continuidade da reunião conforme a pauta estabelecida.

Pedro, que se apresentou, relatando ser morador do bairro do Butantã, tendo crescido na região e residido anteriormente no Morro do Querosene. Informou ser filiado à Associação, embora não atue diretamente em sua gestão, destacando seu envolvimento histórico com o movimento em defesa da Fonte, tendo participado ativamente de eventos e ações ao longo de vários anos. Mencionou ainda que a rede da qual faz parte realizou dois eventos autônomos em defesa da Fonte, intitulados “Somos Um pela Fonte” e “Já Regou Suas Plantas pela Fonte”.

Pedro relatou que, a partir do primeiro ano do mandato da vereadora Luana Alves, assumiu a assessoria parlamentar com foco nas pautas de meio ambiente e cultura, afirmando ser o responsável por representar o mandato nessas áreas. Ressaltou que qualquer interlocução sobre meio ambiente com a vereadora deve ser realizada por meio dele, não havendo outra pessoa autorizada a se manifestar em nome da parlamentar nesse tema.

Declarou que o objetivo de sua fala foi, entre outros pontos, reafirmar a abertura permanente do canal de diálogo, tanto com a Associação quanto com qualquer munícipe, destacando que o mandato jamais fechou esse canal. Pontuou que, enquanto vereadora, Luana Alves tem como dever atender a população e dialogar com diferentes agentes sociais, dentro das possibilidades do mandato. Ao responder ao conselheiro Eduardo, afirmou não ter ciência sobre por quais meios ele teria tentado contato com a vereadora. Eduardo informou que tentou contato via redes sociais, mencionando que houve resposta

inicial com encaminhamento de contato de assessoria, mas que não houve continuidade. Em resposta, Pedro contou que houve comunicação entre representantes da Associação e a assessoria do mandato, relatando que Sônia conversou com Roberta, que, por sua vez, dialogou com ele, reiterando que o mandato permanece disponível para interlocução com a Associação, como sempre ocorreu.

Por fim, lembrou que, no início do mandato da vereadora, ainda atuava diretamente no movimento do Parque da Fonte, ocasião em que, em reunião com o então Secretário de Habitação, foi possível destravar o processo de imissão na posse e viabilizar o auxílio-moradia/aluguel social ao morador Nelson, resultado de articulação conduzida pelo mandato da vereadora, com participação direta de sua assessoria.

A conselheira Carla acrescentou que existe registro em vídeo, disponível em plataforma pública, de reunião realizada na Câmara Municipal com a vereadora, envolvendo a comunidade. Pedro concorda e reforçou que, em nenhum momento, o diálogo foi interrompido. Relatou que, após seu afastamento do movimento, como pessoa, motivado por divergências relacionadas à criação do Conselho Gestor, houve tentativas reiteradas de agendamento de reunião com a Associação, sem retorno. Afirmou que eles nunca fecharam o diálogo. A Sonia conversou com a Roberta, a Roberta falou que ele era o assessor responsável pelo meio ambiente, e que estavam abertos a fazer reunião com Associação, a Sonia não respondeu. A Roberta conversou com a Sonia mais uma vez, foram duas vezes que a Roberta perguntou, e aí a reunião com a Associação, vocês não querem fazer? E até agora, seguem abertos e disponíveis para fazer.

Pedro informou ainda que o suplente Wanderley o procurou para tratar do processo da Fonte e que, enquanto militante e assessor da vereadora, não ocultaria informações nenhuma, e nem evitaria conversar com ninguém, reconhece Wanderley como representante legítimo da comunidade, tanto da pauta da cultura, como todas as pautas do Morro do Querosene, eles conversaram com ele, e passaram tudo que tinham de conhecimento sobre o processo do Parque. Tudo que tinha de posicionamento da Secretaria do Verde. Tudo que eles sabiam até então, de como estava o processo de implementação do Parque. O processo de implementação do Parque, começou já há muitos anos atrás com licitações de gradil e segurança, e aí foi desenrolando, e acabou não conseguindo ser concretizado até o momento. Então, conversaram com Wanderley passaram tudo que tinha para ele. Convidou ele para uma reunião que tinham na Secretaria do Verde, para tratar de outros assuntos. Colocaram a fonte na pauta para saber exatamente como estava o processo.

Wanderley esteve presente e escutou do então Secretário Fabiano, um pouco interpretação diferente que é, naquele momento, que foi recente, na época da eleição. Um pouco antes da eleição, um pouco depois da eleição, não foi ali que foi destravado, não estava travado o processo, o que o Secretário falou para eles, foi a gente vai implementar o Parque da Fonte, vai sair independente do desejo de qualquer pessoa. Sendo um dos três parques previstos para implantação naquele ano. Foi o que escutaram na ocasião dessa reunião. Não foi a Luana que naquele momento destravou, porque não estava travado o processo. Nem tampouco o Conselho, a existência do Conselho desse parque também não foi uma coisa daquele momento, é uma política da Secretaria. Inclusive foram colocados para outros parques, que não foram implementados ainda. Existem outros parques não implementados na cidade, que agora possuem o Conselho Gestor. E no

entendimento deles como mandato, e no entendimento dele Pedro individual, é um ponto positivo, é uma conquista da sociedade como um todo, existir um Conselho Gestor público democrático participativo. Pedro manifestou entendimento de que a existência do Conselho Gestor é uma conquista da sociedade civil, alinhada aos princípios da participação popular e do processo de redemocratização, ressaltando que o mandato da vereadora não integra a base do governo municipal e mantém posicionamento crítico em relação ao atual Executivo. Eles têm um enfrentamento gigantesco com o atual governo, desgastes profundos, e acham que a existência do Conselho é justamente mais uma força da população para conseguir enfrentar esses desmandos do poder executivo e do atual governo.

Defendeu que o Conselho Gestor fortalece a população no enfrentamento de decisões unilaterais do poder público. Informou que o mandato não pretende interferir nas questões internas da Associação, inclusive já falaram sobre isso com Wanderley, lá atrás, por não serem de sua alçada. O que podem e seguirão é seguir acompanhando para que o Parque seja público, participativo e democrático. Reafirmou a disposição em agendar reunião para tratar das divergências existentes, especialmente aquelas relacionadas à existência ou não do Conselho.

Eduardo toma a palavra e fala que acha que o Conselho é legítimo, o Conselho é importante. Tanto que a Carla está falando que ele só foi eleito porque entrou em uma chapa, mas eles estão mobilizando faz tempo, todo domingo estão no mutirão, acharam importante ocupar esse espaço exatamente, para legitimar o que estão fazendo. Porque a Prefeitura estava tratorando, derrubou, a terceirizada não está cumprindo os acordos. O próprio Conselho ele está meio capenga, no sentido jurídico, porque dentro da lei, não pode ter um parque, o parque ainda não está instalado, o parque não foi colocado, não tem verba. Então, tem até alinhas lá, mas não conseguimos acessar verbas para o portão, verbas para fazer cartaz, para fazer coisas simples assim. Diz que não temos condições, porque não temos uma sede. E que a prefeitura estava lá fazendo três parques, que eles fizeram, eles iriam gastar quatro milhões com Instituto de arquitetura, para fazer uma coisa que não é nada, que eles queriam. Então quando fala que eles estavam contra a prefeitura, estavam mesmo. Porque gastar quatro milhões para fazer um projeto de arquitetos de um parque, não tem nada a ver com a luta que tem feito aqui. Ele participa, ele sabe a gente tem que começar desde o começo. O Conselho é bom, é importante para que a gente avance para falar sobre temas importantes. Eduardo relatou problemas decorrentes da atuação da empresa terceirizada, que teria executado intervenções não acordadas previamente, resultando em desperdício de recursos e necessidade de retrabalho, conforme registrado em atas anteriores.

Pedro solicitou encaminhamento para conclusão da sua fala. Explicou sobre a necessidade de precisar essas informações, que eles não concordam com a contratação e terceirização, do (IAB) Instituto de Arquitetos do Brasil. Não é a melhor maneira de dizer que o Instituto fará o projeto. A proposta é, que o Instituto faça um edital que seja baseado nos interesses da população, ou seja, a população tem que ser consultada. Ou seja, a população vai falar assim, "eu quero um campo de futebol, eu quero um espaço de cultura, eu quero ..." e daí esse edital será feito com bases nesses ideais, e abre se uma licitação pública, para algum escritório fazer o projeto. Eles não concordam com essa estrutura toda, a proposta não é que o Instituto elabore um projeto de forma unilateral. Ressaltou que esse é um dos problemas históricos no processo de não implementação do Parque, decorreram

da ausência de consenso em etapas anteriores, quando houve licitações de gradil, de segurança, não existia ideia de IAB, no entanto, o movimento optou por não colocar adiante a implementação do Parque. Anos depois, estamos em situação pior, a existência do IAB. Recordou que participou de reuniões com a Secretaria, inclusive com a representante Tamires, e que, à época, a proposta previa que a Associação apresentasse um projeto, o que não ocorreu. Eduardo diz que não fez parte de nenhuma reunião. Carla questiona, Associação não quis. Mariana interrompe dizendo que nós temos meia hora de reunião para aprovar o Regimento. Eduardo segue falando que a Juliana também já tirou da licitação, o Parque da Fonte não está nessa licitação. Ao que Pedro responde sim, ele sabe disse. Guilherme pede para seguirmos.

Pedro pede para concluir e pergunta a Eduardo que ele falou que tem SEIS fechadas? Eduardo responde sim. Pedro pede para que ele passe os números, eles vão pedir para abrir, se eles abrirem para eles, ele passará para nós todos os documentos. Marísia diz está na ata. Eduardo pede para colocar em ata, porque não ficou em ata, segundo ele. Carla diz que Eduardo colocou em ata sim, e quando ele enviou por e-mail, ela colocou lá que queria saber o conteúdo, para entender. Marísia diz que ela solicitou primeiro e Carla depois. Ao que Carla responde que não é uma competição. Marísia diz que ela colocou antes, depois que Eduardo fez um oficial que Carla colocou. Os SEI's citados são: 6027.2019/0005505-1, 6021.2020/0022808-7 e 6021.2021/0061358-6 que podem ser consultados em: <https://processos.prefeitura.sp.gov.br/Forms/consultarProcessos.aspx>.

A conselheira Carla manifestou-se afirmando que, diante de tudo que Pedro disse, que é muito sério. Tem um fato grave, de que nas reuniões, frequentemente se estabelece uma disputa de ego, relacionada a quem sabe mais, quem participou mais do processo ou quem realizou determinadas ações. Ressaltou que esse tipo de postura torna o debate pessoal e solicitou que tal dinâmica não volte a ocorrer.

O Coordenador Suplente, Guilherme, manifestou concordância com Carla observando, que o intuito do Conselho Gestor é tornar o Parque acessível a todos, não atribuir méritos individuais, mas reconhecer o esforço coletivo, buscando sempre o melhor para o Parque e para a comunidade.

Marísia acrescentou que houve prazo para manifestações formais sobre as atas, período no qual os apontamentos foram feitos e devidamente registrados. E, após esse prazo, novos apontamentos surgiram, o que exige organização do processo, ressaltando que não é possível manter alterações indefinidas nas atas. Suplente Wanderley questionou se tais manifestações deveriam ocorrer por aplicativo de mensagens, ao que Guilherme respondeu que todas as comunicações oficiais devem ser feitas exclusivamente por e-mail. O conselheiro Hércules solicitou um aparte. Em seguida, Carla questionou sobre a situação das atas, informando que Guilherme havia encaminhado recentemente a ata um, dois e três. Relatou que solicitou retificações nas atas um e dois, e que ainda não havia conferido se as alterações foram incorporadas, pois o envio foi recente. Informou ainda que analisaria a ata três. Guilherme afirmou que todas as considerações encaminhadas por Carla foram incorporadas.

Carla questionou quando as atas seriam publicadas, ressaltando a importância da leitura da redação final antes da publicação. Diante da interferência de Eduardo e Mariana,

a conselheira Carla pontuou que estava dirigindo a pergunta a Guilherme, e questionou aos conselheiros Eduardo e Mariana se poderiam permitir que ele respondesse.

Guilherme explicou que, conforme conversado em reunião anterior, as atas seriam enviadas por e-mail, ajustadas conforme apontamentos, aprovadas por meio eletrônico e, posteriormente, publicadas. Confirmou que as três atas já estavam alteradas. Carla destacou que faria a leitura, pois ainda não havia tempo hábil, entre envio por Guilherme e leitura. Guilherme respondeu que tinha as atas ali, e se Carla quisesse, ele enviaria pelo whatsapp, pra ela ver, mas estava no e-mail para ler. Ele fez as alterações que ela pediu encima do e-mail da Liliane.

Na sequência, o morador Mauro solicitou a palavra, que lhe foi concedida. Mauro relatou problemas relacionados à vegetação alta na região da Santanésia, informando que esteve na Prefeitura há cerca de um mês e meio solicitando a limpeza da calçada, devido ao risco de acidentes. Relatou que parte da área foi limpa, porém outros trechos permanecem em situação crítica. Guilherme informou que já realizou solicitações por meio do portal 156, destacando que a responsabilidade é da Subprefeitura, mas que até o momento não houve atendimento. Acrescentou que, além do mato, há buracos e trechos de calçada danificados. Mauro narra ainda, que não ocasião os registros que foram disponibilizados a ele, eram de 2023, e ele questionou a servidora que apresentasse registros atuais da rua Santanésia.

O conselheiro Alexandre questionou sobre a duração prevista da reunião destinada à discussão, sendo informado por Guilherme que o tempo estimado seria de uma hora e meia (noventa minutos). Alexandre informou que precisaria se retirar em razão de outro compromisso, destacando que seu principal interesse é a aprovação do Regimento Interno, por considerá-lo essencial para lidar com as divergências existentes. Defendeu que o Parque é um interesse comum a todos e que um Regimento forte é fundamental para garantir civilidade, organização e respeito às normas, evitando conflitos recorrentes, inclusive no grupo de mensagens. Quanto a reunião com a comunidade, pode fazer, mas não é foco dele. Relata ainda, que não se inscreveu como Instituto Nação, e esperava que a Associação ganhasse, mudou o jogo, tudo bem. Declarou que seu objetivo principal é que o Parque funcione plenamente, ressaltando que sua motivação é poder usufruir do espaço junto a amigos e antigos moradores da região, que foram expulsos do bairro por não terem dinheiro.

Guilherme afirmou compreender a colocação. Alexandre concluiu reforçando que, sem regras, as discussões se tornam improdutivas e reiterou a importância da aprovação do Regimento Interno.

Wanderley pede a palavra e ressalta a intenção dele, através do Movimento por Moradia, era que as pessoas da luta do Morro do Querosene, pudessem morar dentro do Parque. Justamente unindo a colocação de Alexandre, sobre ex-moradores que saíram do bairro, por não ter condições de pagar aluguel, não ter um espaço físico. Reconheceu que algumas colocações feitas durante a reunião trouxeram novos entendimentos e afirmou não haver má intenção em suas falas. Recordou que na reunião citada acima por ele, e posteriormente, por Pedro Comuna, o secretário à época da SVMA, manifestou não dialogar mais com a Associação, pelos motivos já expostos anteriormente, e também por pleitearem área indígena. Ressaltou que sua proposta de comunicação à comunidade não

visa expor conflitos, mas esclarecer oficialmente que o Conselho Gestor é responsável pelas questões do Parque, sendo a Associação uma entidade distinta. Relatou ainda que conflitos surgiram a partir de interpretações feitas durante a Festa do Boi, inclusive com acusações pessoais, o que lhe causou preocupação com sua segurança e de sua família.

A conselheira Carla solicitou que Guilherme encerrasse a fala de Wanderley, alertando que, caso contrário, não seria possível avançar nas pautas. Guilherme informou que restavam trinta minutos de reunião. Wanderley ainda fez considerações finais sobre a pauta do Regimento e sobre a questão racial, sugerindo que, no âmbito do Conselho Gestor, todos sejam tratados de forma igualitária. Alexandre ponderou que o tema é relevante, porém não adequado para aquele momento. Guilherme solicitou o retorno à pauta.

Wanderley informou que, por não ser membro titular do Conselho Gestor, considerava sua participação encerrada, despediu-se e deixou a reunião. Guilherme solicitou o registro do horário de saída, sendo informado por Carla que ocorreu às quinze horas e nove minutos. Alexandre também informou que precisaria se retirar, pedindo desculpas.

Guilherme enfatizou que, em razão da saída dos conselheiros suplentes, não seria possível aprovar o Regimento Interno naquele momento, por ausência de quórum mínimo (metade mais um). Alexandre informou que, se necessário, poderia registrar seu voto. Guilherme informou que as alterações do Regimento seriam encaminhadas por e-mail para leitura e posterior aprovação por meio eletrônico. Alexandre informa que permanecerá na reunião, destacando que seu horário é oneroso.

Carla solicita a palavra para tratar do Regimento Interno, mencionando que já havia conversado previamente com Liliane em caráter informal. Carla relembra que, na última reunião, Liliane afirmou que havia comparecido com o objetivo de aprovar o Regimento Interno, ressaltando que a reunião não se encerraria às quinze e trinta, e que o Regimento seria aprovado naquele dia. Carla pede que Pedro a corrija, caso esteja equivocada, e pondera que não é possível aprovar o Regimento de forma tão simples, considerando a quantidade de argumentos e pontos a serem discutidos. Reconhece a urgência do tema, porém entende que é necessária maior discussão. Afirma que trouxe essa colocação em razão de Alexandre ter mencionado que iria se retirar da reunião, o que posteriormente não ocorreu. Alexandre declara que imaginava que seu voto não teria poder decisório. Carla afirmou não acreditar que, mesmo se a discussão sobre o Regimento tivesse iniciado às quatorze, seria possível aprová-lo naquela reunião.

Mariana levanta uma questão de ordem e relembra que o grupo definiu um método: as alterações no Regimento Interno deveriam ser enviadas por e-mail. Foi estabelecido o prazo de duas semanas para que todos lessem o documento e enviassem sugestões, inclusões ou exclusões, para que Guilherme consolidasse o material e o apresentasse. Mariana destaca que já existe uma versão com alterações feitas por diferentes membros, indicando que o documento estaria caminhando para votação, conforme a meta estabelecida.

Guilherme confirma que esse encaminhamento foi acordado na reunião anterior, que ele enviaria o documento por e-mail, todos fariam as contribuições dentro do prazo

estipulado e, na reunião atual, seria apresentado o consolidado para deliberação quanto à aprovação ou não.

Eduardo pede a palavra e levanta uma questão: relembra que, em ata anterior, Luciana sugeriu que o grupo se espelhasse no Regimento Interno da Chácara do Jockey. Informa que enviou o documento no grupo no dia anterior, com algumas comparações, e ressalta que o Regimento Interno da Chácara do Jockey, até a presente data, não foi votado nem publicado em Diário Oficial. Relata que procurou Budião e Renato Mancini, e que nenhum deles possuía esse registro. Eduardo destaca ainda que, no caso da Chácara do Jockey, o que foi aprovado foi um Estatuto sobre a ocupação do parque, o que considera importante para reflexão posterior.

Carla pondera que Estatuto e Regimento são documentos distintos, com naturezas diferentes.

Eduardo explica que, no Regimento proposto, as alterações são poucas e que acredita ser possível fazer a leitura item a item, verificar se há indicações de ajustes e proceder com votações.

Carla concorda, ressaltando que, independentemente do modelo utilizado como referência, o parque possui particularidades próprias, o que exige análise e votação específicas.

Marísia questiona se Guilherme sabe o motivo pelo qual o Regimento da Chácara do Jockey não foi votado até o momento, ao que ele responde que desconhece a razão. Carla avalia que não há interesse da Prefeitura, afirmando que há um processo de mercantilização dos espaços públicos, principalmente Parques. Guilherme declara que, caso o Regimento seja aprovado, compromete-se a cobrar insistentemente sua publicação oficial. Eduardo acrescenta que acredita que o tema foi sendo postergado ao longo do tempo em razão de outras pautas consideradas mais urgentes, ressaltando que a discussão de um Regimento demanda um dia inteiro de trabalho. Alexandre destaca que o Regimento é fundamental para que o grupo consiga trabalhar de forma adequada, com o que Mariana concorda. Diante disso, Carla solicita o prosseguimento dos trabalhos e o início da leitura do documento.

Guilherme questiona se pode iniciar a leitura do documento e informa que enviou ao grupo. Eduardo relata que não conseguiu localizar o arquivo, ao que Carla pergunta em qual grupo o documento foi encaminhado. Guilherme esclarece que havia impresso a versão no dia anterior e que, posteriormente, Eduardo enviou uma versão atualizada, o que gerou divergência entre os documentos. Carla solicita que conste em ata, novamente, que o canal oficial de comunicação é o e-mail. Guilherme pontua que o envio pelo WhatsApp tem caráter apenas informativo e de acompanhamento interno, sendo a versão oficial encaminhada por e-mail para aprovação de todos.

Carla acessa o grupo de WhatsApp e constata que Wanderley enviou fotos da reunião do dia, porém não consegue acessar o documento do Regimento encaminhado por Guilherme.

Guilherme inicia a leitura do Regimento, explicando que, a cada alteração identificada, informará quem realizou a modificação e qual foi o conteúdo alterado.

Inicia-se a discussão sobre a composição paritária do Conselho Gestor, com igualdade entre representantes da sociedade civil e do poder público, conforme a Lei nº 15.910/2013, devendo o Conselho ser composto por, no mínimo, oito membros titulares e seus respectivos suplentes. Registra-se que essa redação decorre de alteração proposta por Eduardo.

Fica registrado que a sociedade civil será representada por seis frequentadores do Parque e duas entidades sociais, sendo mencionadas as seguintes entidades: Grupo Cupuaçu, Associação Cultural Morro do Querosene e Instituto Nação. O poder público será representado pela administração do Parque, um representante da SVMA e representantes de outras Secretarias, inicialmente indicadas como Cultura, Educação e Saúde.

Carla sugere a inclusão da Secretaria de Assistência Social e da Secretaria do Idoso, destacando a grande presença de idosos no bairro e a necessidade de atuação integrada entre as Secretarias. Guilherme esclarece que a inclusão dessas Secretarias pode ser colocada como pauta de votação na próxima reunião, com o que Carla concorda. Guilherme observa que é possível indicar, no Regimento, o interesse do Conselho em contar com determinadas Secretarias como parceiras, e que o encaminhamento formal seria submetido à votação, com posterior comunicação à coordenação competente.

Mariana comenta que podem ser incluídas todas, pois, em geral, as Secretarias não comparecem às reuniões. Marísia pondera que a quantidade de representantes precisa ser observada, citando que no caso da Chácara do Jockey são dezesseis membros, enquanto no Conselho em discussão são apenas sete. Carla reforça que, para atividades voltadas ao público idoso, a presença da Secretaria correspondente é fundamental.

Carla pergunta sobre a inclusão da Secretaria de Esportes, defendendo que todas as Secretarias possíveis sejam indicadas, ainda que algumas eventualmente recusem. Pedro sugere que o texto contemple todas as Secretarias interessadas em participar, proposta com a qual Carla concorda. Mariana observa que, historicamente, nenhuma Secretaria comparece. Carla afirma que irá cobrar a participação.

Eduardo alerta que a paridade pode ser positiva ou negativa, pois, dependendo das intenções, pode haver comparecimento em massa do poder público, o que impactaria as votações. Carla responde que essa avaliação política poderá ser feita posteriormente, e propõe que, por ora, o texto seja mantido, ficando como tarefa de conselheiros avaliar se essa configuração é vantajosa ou não.

Guilherme informa que a votação sobre esse ponto ocorrerá na próxima reunião. Alexandre se despede às quinze horas e dezenove minutos.

Carla questiona se essa redação é juridicamente suficiente e solicita a opinião de Pedro. Pedro questiona a quantidade de representantes. Eduardo responde que são oito representantes da sociedade civil: seis frequentadores e duas entidades, além da coordenadora Madalena como representante do poder público, sendo Guilherme suplente.

Acrescenta que a lei prevê a participação de trabalhadores, mas que, por se tratar de parque não implantado, essa representação não se aplica no momento.

Guilherme complementa que a ausência de contrato inviabiliza, atualmente, a participação de trabalhadores. Marísia pergunta se haveria mais um representante nessa categoria, e Eduardo responde que não, pois o trabalhador já está vinculado ao poder público.

Carla questiona se Pedro vê algum problema jurídico nessa composição, ao que Pedro responde que não. Carla propõe que a leitura prossiga, mantendo esse ponto como encaminhamento pendente.

Eduardo sugere manter a redação conforme discutido. Carla reforça a necessidade de uma formulação que não prejudique o Conselho, propondo o uso da expressão “Secretarias afins”. Guilherme concorda com essa redação. Carla exemplifica que, em ações voltadas aos idosos, a Secretaria do Idoso poderia ser considerada afim, mesmo sem estar nominalmente citada. Pedro confirma que isso é juridicamente possível. Carla encerra o tema e solicita o prosseguimento da leitura.

Eduardo comenta sobre a Subprefeitura, destacando a dificuldade de participação por falta de pessoal. Pedro observa que, no caso da Chácara do Jockey, apenas a representante da Cultura participava, por interesse pessoal. Mariana menciona que, na Subprefeitura, há a servidora Maria Bonafé, integrante do CADS Butantã, que poderia colaborar. Pedro pondera que a indicação formal cabe ao Secretário. Mariana sugere que ela própria se indique, e Pedro confirma que isso é possível.

Guilherme retoma a leitura, iniciando o Capítulo III – Das Competências. Eduardo interrompe, afirmando que o texto está muito genérico. Carla ressalta que todas as menções genéricas a “Parque” deverão ser adequadas ao nome oficial do parque em questão.

Mauro questiona qual é o nome oficial do Parque. Eduardo responde que consta como Parque da Fonte do Peabiru. Mariana informa que, na Prefeitura, consta apenas Parque da Fonte. Carla menciona Parque das Fontes, e Guilherme informa que esse nome constou em certificados anteriormente. Eduardo afirma que o nome já foi alterado. Mauro observa que a comunidade não foi consultada sobre o nome. Carla ressalta que esse tema ainda pode ser discutido. Pedro alerta que a alteração de nome de parque não é simples juridicamente. Marísia reforça que, oficialmente, consta apenas “Parque da Fonte”.

Guilherme prossegue a leitura. Eduardo questiona se as referências a Conselhos no texto precisam ser ajustadas à realidade local. Carla confirma que sim e que a redação final será adequada posteriormente.

Marísia afirma que o texto continua muito genérico. Eduardo questiona a referência a um Conselho Superior e quem o representaria. Mariana supõe que seja o CADS Butantã. Eduardo menciona a existência do “Conselho dos Conselhos” e relata que Liliane teria se apresentado como chefe. Mariana entende que Liliane integra o CADS Municipal, explicando a estrutura: Conselhos Gestores de Parque, Conselhos Territoriais (CADS) e o CADA Municipal.

Eduardo afirma que é necessário esclarecer essa hierarquia. Guilherme diz que irá confirmar, esclarecendo que, no caso, Liliane atuaria apenas no âmbito dos Conselhos Gestores de Parques. Carla afirma que Liliane é coordenadora. Eduardo questiona a existência formal desse conselho. Guilherme compromete-se a verificar. Carla pede que Guilherme traga essa resposta na próxima reunião, para que a leitura possa prosseguir com segurança.

Guilherme dá continuidade à leitura, iniciando o Capítulo IV – Da Organização e Funcionamento. Eduardo aponta que há um problema quanto ao quórum, pois, se o Conselho tiver quinze membros e o quórum mínimo for de cinquenta por cento mais um, seriam necessários ao menos oito conselheiros presentes, o que inviabilizaria o funcionamento. Guilherme esclarece que, no caso discutido, seriam cinco conselheiros.

Eduardo pondera que seriam nove, incluindo Madalena, embora ela não conste em Diário Oficial. Carla observa que, legalmente, o quórum é sempre de cinquenta por cento mais um. Eduardo concorda e calcula que, com nove membros, seriam necessários cinco presentes, questionando se isso não está previsto em lei. Carla acredita que sim.

Pedro entende que o quórum deve ser calculado com base nos presentes à reunião. Carla relembra explicação de Liliane de que suplentes votam apenas na ausência do titular, desde que haja quórum. Pedro explicou que a ausência pontual do titular não implica substituição automática. Mariana lembra que alterou o texto prevendo que, após quinze minutos de atraso do titular, o suplente assume.

Guilherme informa que o Regimento, mais adiante, detalha o percentual de votos e as regras para substituição por suplentes. Pedro alerta que, se for exigido cinquenta por cento de todos os conselheiros nomeados, dificilmente haverá votação. Carla concorda que o critério deve ser baseado nos presentes. Pedro finaliza afirmando que esse procedimento é padrão em assembleias, com primeira e segunda chamadas, sendo que, na segunda chamada, as decisões são tomadas com os presentes.

Guilherme explica que participam das reuniões, com direito a voto, as pessoas eleitas para o Conselho. Eduardo pondera que as reuniões são abertas ao público em geral e que devem ser devidamente convocadas. Guilherme prossegue explicando que o direito a voto corresponde a cinquenta por cento mais um, do número de conselheiros titulares. Supondo que são nove, metade mais um, serão cinco. Supondo que tenham quatro titulares, e um suplente presentes, o suplente entraria na votação. Pois, na ausência de titulares, os suplentes presentes passam a compor o número de votantes, assumindo temporariamente a condição de titular para fins de votação.

Pedro afirma que, se houver apenas três conselheiros na reunião, a votação ocorre entre os três presentes. Mariana observa que essa definição depende do que será estabelecido no Regimento Interno, que está em construção. Carla concorda com a posição de Pedro, citando orientação de Liliane em reunião anterior, no sentido de que, havendo quórum, este se refere aos presentes na reunião.

Guilherme reafirma que o quórum deve ser calculado com base nas pessoas eleitas. Carla exemplifica a situação da reunião em curso, mencionando conselheiros presentes.

Guilherme solicita que seja registrada formalmente a orientação repassada por Liliane, para fins de esclarecimento futuro. Pedro afirma que, para aprovação de deliberações, é necessário o voto da maioria simples dos presentes, exemplificando que, para aprovar seriam quatro votos dos presentes, dois votos seriam suficientes.

Mariana manifesta entendimento de que, considerando um total de quinze membros, o quórum mínimo para abertura da reunião e deliberação seria de cinquenta por cento mais um, ou seja, sete membros. Marísia corrige, afirmando que seriam oito, e questiona se a discussão sobre o número quinze não seria justamente o ponto equivocado.

Carla propõe que a discussão sobre quórum seja suspensa até manifestação formal de Liliane e que a leitura do Regimento prossiga. Eduardo acrescenta que é necessário verificar o que dispõe a legislação. Carla reforça que a definição deve seguir a lei vigente. Guilherme informa que o próprio texto do Regimento, mais adiante, trata desse tema. Pedro ressalta que o Regimento não é a lei em si.

Carla ressalta que, conforme explicado por Liliane em reunião anterior, o Regimento utilizado como base já foi aprovado para os Conselhos Gestores de Parques Municipais, tendo passado pela Assessoria Jurídica e pela Procuradoria, e que o grupo está apenas promovendo as adequações específicas ao Parque em questão.

Guilherme dá continuidade à leitura, iniciando o Artigo 7º – Das Atribuições da Plenária, destacando o seguinte dispositivo: deliberar sobre a exclusão do Conselho do membro que não comparecer a três reuniões consecutivas ou a seis reuniões alternadas no plenário, no período de um ano, sendo consideradas, para esse fim, as faltas dos conselheiros titulares e suplentes conforme sua participação em cada reunião.

Marísia observa que o texto menciona o período de um ano, enquanto em outros trechos é citado o período da gestão, que é de dois anos, gerando dúvida interpretativa. Guilherme pontua que o critério se refere especificamente a seis reuniões alternadas no período de um ano.

Eduardo questiona se, havendo exclusão ou perda de mandato de um conselheiro titular, o suplente assume. Guilherme confirma que sim, assumindo o suplente mais votado. Eduardo pergunta como se procede caso ocorram sucessivas substituições. Marísia responde que, nesse caso, o mandato se encerra. Eduardo questiona, se com a ascensão de suplentes, mantém-se o número inicial de conselheiros. Guilherme esclarece que o quantitativo é ajustado conforme o número efetivo de membros em exercício.

Eduardo aponta a necessidade de constar em ata que o número de suplentes é limitado, citando que, até o momento, apenas José Antônio não compareceu a nenhuma reunião. Guilherme corrige informando que, além de José Antônio (Grupo Cupuaçu) o Suplente Guilherme Cavalcante, também nunca compareceu.

Guilherme prossegue a leitura, adentrando o trecho referente à comunicação. Carla pede um aparte sobre a comunicação. Registra preocupação quanto à atuação de associações vinculadas ao Parque. Relata que determinadas ações e divulgações foram realizadas pela Associação, sem conhecimento prévio do Conselho, embora ela seja

conselheira. Ressalta que existem duas associações atuantes — Grupo Cupuaçu e Associação Cultural do Morro do Querosene — da qual é filiada há longa data, mas com a qual não concorda integralmente.

Carla manifesta entendimento de que conselheiros que integram associações não podem agir de forma autônoma ou arbitrária em nome do Parque sem deliberação do Conselho, defendendo que todas as ações relacionadas ao Parque devem ser previamente discutidas e registradas no âmbito do Conselho Gestor. Afirma que tomou conhecimento de eventos e ações apenas por relatos informais da comunidade.

Guilherme questiona se a preocupação se refere à necessidade de constar essa obrigação no Regimento ou à exigência de comunicação prévia. Carla responde que o Regimento deve tratar do tema, ressaltando que nenhum conselheiro possui hierarquia superior aos demais. Guilherme registra que compreendeu a colocação.

Mariana interrompe solicitando que Guilherme refaça a leitura do parágrafo em debate. Carla retoma sua fala, afirmando que nenhum conselheiro é superior a outro, ressaltando que representantes de associações que também são conselheiros estão realizando ações sem o conhecimento do Conselho, embora todos sejam igualmente conselheiros.

Pedro questiona se Carla se refere ao representante da associação no Conselho ou a membros da associação que não são representantes no Conselho. Carla afirma que se refere a representantes da associação que são conselheiros. Pedro pergunta se a eleição ocorreu por pessoa física, ao que Carla responde afirmativamente. Pedro afirma que, nesse caso, as regras são iguais para todas pessoas eleitas.

Carla acrescenta que tem que constar no Regimento Interno, que deve prever essa situação, a fim de evitar desrespeito às decisões do Conselho. Relata que levantou esse ponto anteriormente com Erneides, na terceira reunião, o que gerou desconforto, pois, segundo ela, não se pode desconsiderar o Conselho Gestor, sendo necessário respeitar suas deliberações, uma vez que conselheiros não estão ali sem legitimidade.

Eduardo pondera que qualquer associação ou pessoa pode realizar ações próprias, sendo vedado apenas fazer comunicação em nome do Conselho sem consenso. Afirma que comunicações em nome individual são livres. Marísia complementa referindo-se às ações da associação. Carla responde que não está tratando apenas de comunicação, mas de atitudes que dizem respeito às atribuições do Conselho. Ressalta que, sendo um Conselho, as decisões devem ser tomadas em pauta e por maioria, devendo todos respeitá-las.

Carla exemplifica citando o grupo Cupuaçu, afirmando que seu representante, José Antônio, não se opõe às decisões da maioria, ao passo que Erneides demonstrou postura contrária às deliberações. Afirma que esse é um dos principais problemas enfrentados pelo Conselho e que, por isso, deve constar expressamente no Regimento que todos os conselheiros estão sujeitos às mesmas regras. Ressalta que o fato de determinadas pessoas estarem aos domingos em mutirão no Parque, não lhes confere mais direitos do que aos demais conselheiros. Mesmo porque, tanto ela, quanto Pedro, estavam lá atrás junto com a Associação, e isso não confere mais direitos a eles, do que aos demais.

Mauro manifesta-se, afirmando que também se enquadra na situação mencionada. Mariana novamente solicita que Guilherme refaça a leitura do parágrafo. Carla responde a Mauro, afirmando que compreende sua colocação. Mauro acrescenta que houve pessoas muito importantes no histórico da associação, citando integrantes já falecidos, e reconhece que a associação já foi muito atuante e positiva. Carla concorda com a afirmação.

Guilherme informa que fará novamente a leitura do trecho. Mauro comenta que, com o tempo, a situação se desorganizou. Guilherme afirma compreender e prossegue com a leitura, destacando os termos referentes a legislação, obras, pesquisas e serviços de manutenção.

Eduardo questiona a aplicabilidade do texto, considerando que o Parque ainda não dispõe de recursos financeiros nem se encontra implantado. Mariana observa que as disposições se aplicariam quando o Parque estiver implantado. Eduardo acrescenta que o texto menciona divulgação frequente de eventos e atividades, o que atualmente não ocorre. Guilherme pondera que o Regimento estabelece diretrizes para quando o Parque estiver em funcionamento pleno.

Carla afirma que esse ponto se relaciona a reclamações feitas anteriormente por Wanderley, com as quais concorda parcialmente, embora não deseje retomar a discussão. Relata que, durante a Festa do Boi, houve percepção de exclusão de moradores antigos do Morro, que estão na comunidade há mais de trinta anos. Como se o Parque não pertencesse à comunidade local. Afirma que isso não é desejável e que toda comunidade deve ser acolhida. Cita que Mariana por exemplo, estava lá e fez isso, o comportamento é como se o Parque fosse deles.

Mauro manifesta que a barraca da Associação usa o nome do Parque, Carla prossegue afirmando que a situação relatada por ele reflete essa problemática, ressaltando que determinadas barracas ou espaços acabam sendo associados a pessoas específicas, o que afasta parte da comunidade. Afirma que isso é lamentável, pois deseja que todos se sintam à vontade para participar.

Mariana afirma que a barraca mencionada não representa o Conselho. Carla responde que, ainda assim, quando conselheiros estão presentes nesses espaços, deve haver o devido respeito institucional. Guilherme observa que a situação pode gerar interpretações equivocadas. Carla concorda, reiterando que, sendo conselheira, espera esse respeito. Afirma concordar com Wanderley quanto à necessidade de transparência, embora discorde da forma como ele se expressa. Ressalta que politicamente é uma questão, mas juridicamente é outra, defendendo a necessidade de comunicação objetiva e permanente.

Carla exemplifica afirmando que um conselheiro pode estar em uma barraca de associação, mas deve deixar nítido quando estiver falando em nome do Conselho. Pedro afirma que, nesse caso, o Conselho deveria deliberar sobre a existência de uma barraca oficial do Conselho. Carla concorda que a associação tem direito de realizar suas atividades, mas reforça que nem todos os presentes nesses espaços representam o Conselho Gestor. Ressalta ainda, que a comunicação tem que ser transparente, para que não se crie animosidade entre moradores da comunidade, e Conselheiros em plena Festa

do Bumba Boi. Pedro sugere, diante dos relatos de Carla, que seja deliberado uma comunicação oficial do Conselho, quando de atos e eventos, seja cultural ou política, na Comunidade. Mauro acrescenta que isso é ótimo, pois fica sempre parecendo que o Parque tem dono. Carla acrescenta ainda, que cada uma de nós, somos cidadãs brasileiras, como pessoas respondemos por nossos atos civis, e nenhum de nós pode usar do cargo de Conselheiro, que é uma atividade não remunerada, ao qual estamos realizando trabalho voluntário para população. Pondera estabelecermos canais diretos e reais de comunicação, exemplifica perguntando, é um ofício. Por exemplo, José Antônio queira realizar alguma atividade com o Cupuaçu, por meio do Conselho, ele escreveria uma comunicação informando aos demais conselheiros se será realizado um show, uma oficina, entre outras atividades.

Hércules registra que nós não conseguimos controlar a confusão que a Associação faz. Cita o histórico de arbitrariedade da Associação acima da comunidade, e afirma que apesar de concordar com a manifestação de Carla, não enxerga uma forma de ter respeito por parte deles, que ficamos triste com a falta de ética e respeito, uma vez, que todos presentes conhecem o histórico.

Marísia conta que Erneides solicitou uma informação a SVMA, e a resposta veio para que fossem ao Conselho que teriam a resposta. Eduardo afirma que ainda não tiveram.

Carla pondera que a comunicação tem que ser, direta, aberta e transparente, para não dar margem a equívocos entre nós. Hércules perguntou aprovando isso o que muda. Carla responde que qualquer conselheiro será responsabilizado por atos prejudiciais. Pode ser um panfleto. Hércules diz que aprovado isso, enxerga que a Associação seguirá com arbitrariedades.

Mauro relata que quem invade a casa de moradores da comunidade, - no caso pessoa idosa, de mais de oitenta anos de idade - querendo ver por onde passava a água dela, com diversas pessoas, bicicletas, ao ponto de sua amiga passar mal, não respeita. E, acrescenta que quando soube, orientou a amiga ir à polícia por invasão de privacidade. Pondera que sua amiga tem 82 anos. Mariana interrompe. Mauro acrescenta que quando fala uma verdade, é cortado.

Guilherme solicita que retomemos. Eduardo diz que o Mauro está falando, ao que o mesmo respondeu que não falaria mais nada, pois tinha tesoura para cortá-lo. Eduardo diz que é um espaço público. Mauro relata que não! Que ontem o cortaram também, em uma reunião que ele foi na Comunidade. E frisa que a gente vai conhecendo as pessoas no dia a dia.

Eduardo pede questão de ordem, e sugere que Guilherme passe aos informes. Uma vez que restam dez minutos do acordado entre nós, e o Regimento nós não iríamos decidir ali. Questiona sobre as SEI 's. Guilherme pondera que as alterações já foram solicitadas, e vai enviar por e-mail. Eduardo afirma ainda, Guilherme é suplente, mas efetivamente é o coordenador das reuniões do Conselho. Madalena é chefe em vinte e seis Parques, mas não está conosco. E solicita que isso esteja redigido também em Regimento Interno. Mariana pergunta se faz diferença. Ao que Eduardo responde que sim. Pois sai em Diário Oficial. E, pelas cobranças que fizemos a Liliane, o nome de Guilherme, saiu no Diário Oficial. Pedro questiona se faz diferença, uma vez que os nomes não vão para o Regimento.

Marísia diz que constamos em ata, e antes não estávamos colocando porque não tínhamos o Regimento. Carla diz que discorda de Marísia, que tudo que é tratado em reunião, deve constar em ata sim, com ou sem o Regimento aprovado.

Carla frisa que essa é a última reunião do ano de dois mil e vinte e cinco, e desejava saber quando voltaríamos. Qual período de férias, o recesso do Conselho. Durante a checagem das datas por Eduardo e Guilherme, Mariana trás outro assunto, alteração novamente no horário das reuniões para às quatorze horas e trinta minutos. Carla se manifesta contrária, lembrando aos presentes, que não votou na terça feira, nem nesse horário, mas tendo sido voto vencido, acatou a decisão da maioria, e foi obrigada a se adaptar. Agora novamente remanejar tudo, é uma postura arbitrária e vertical, novamente, ter que se adaptar, lhe causaria maiores prejuízos, afetando não apenas o primeiro trabalho, mas o segundo também.

Fica decidido que vamos reunir no dia vinte de janeiro de dois mil e vinte e seis. Guilherme passa a informação de uma lista do herbário, que ele irá disponibilizar por e-mail. Eduardo questiona se Guilherme está dizendo que a lista da terceirizada será plantada sem falar com a população. Carla se posiciona afirmando que não. E Guilherme pondera que nós teremos esse acesso para decidirmos. Mauro conta que cortaram pés de árvores frutíferas que ele plantou, inclusive goiabeiras e araçá, questiona sobre o plantio de espécies não nativas, e também sobre a importância de termos árvores frutíferas. Carla acredita que com essa lista em mãos, faremos uma reunião com a Comunidade, e decidiremos em conjunto, o melhor para nós moradores. Mauro diz que acha horroroso tirarem as plantas da região, as árvores frutíferas, exemplifica que tiraram uma pitangueira para plantar um jasmim. Carla acrescenta, que infelizmente, algumas pessoas tem a “cultura ornamental” Mauro também critica o jardim de inverno, construído na Santanésia, pois não tem planta nenhuma da região, e está sempre feio, segundo ele. Eduardo coloca que o jardim de chuva é para infiltrar água, retirar do asfalto. Mauro pondera que então plantasse árvores frutíferas e plantas da região. E cita que tem plantas nativas em seu quintal, que são remanescentes de quando ele era criança. Pois elas aparecem por serem nativas. Carla e Guilherme ponderam, que com essa lista em mãos, faremos juntos todo o processo.

Guilherme solicita que todas as vezes que alguém for responder um e-mail, responda ao assunto tratado no mesmo, para ficar correspondente.

Eduardo afirma que essa reunião por exemplo, não teve convocação. Carla perguntou e registrou, que em nenhum momento recebeu o e-mail comunicando que a reunião não aconteceria dia oito e sim dia nove. Questionou por e-mail, alguém respondeu que seria, e ela pediria para ser online, pois estava de atestado, e à ocasião, teve tempestade. De repente, soube que a reunião seria dia dezesseis. Procurou inclusive no spam, e nada encontrou de comunicação de Guilherme ou Liliane. Após sua fala no canal oficial, posteriormente, apareceram comunicações retroativas, e o e-mail dela não estava lá. Mariana está gravando, Carla questiona quem tirou o e-mail dela, quem mudou a reunião arbitrariamente. Esse tipo de atitude é muito desrespeitosa, não era para Carla estar em São Paulo, inclusive. Quem tirou o e-mail dela e mudou a reunião sem consenso, pergunta. Recorda também que Marísia sugeriu que a reunião fosse dia dezesseis, e Carla foi a primeira a se manifestar contrária, inclusive confirmando através do canal oficial, e-mail, e tendo recebido resposta afirmativa que a reunião seria dia nove. Teve um remanejamento

de e-mail fictício, e isso é muito grave, ressalta que isso não pode acontecer, pede respeito, e que cessemos essa comunicação de cada um puxando “sardinha para seu lado”, e pede para que façamos a história andar.

Marísia pergunta o que Carla está querendo dizer.

Ao que Carla responde que ela está afirmando, que ela não recebeu comunicação nenhuma, e questiona os presentes se receberam. Eduardo responde que oficialmente não teve comunicação. Carla relembra a todos, que à ocasião perguntou se poderia ser online, tendo todos recebido resposta afirmativa de Liliane. Posteriormente, três e-mails de Madalena, falando que foi pelo whatsapp. Nosso canal oficial é o e-mail, Liliane disse que o canal oficial de comunicação é o e-mail, então ninguém tem o direito de retirar o e-mail de ninguém, certo. E questiona o que estariam querendo fazer, indagando se a intenção seria retirá-la do Conselho.

Marísia diz que realmente o e-mail da Carla não está lá. Ao que Carla responde a Marísia que se o e-mail dela não está lá, é porque alguém retirou. Ao que Marísia responde, que foi Guilherme quem enviou o e-mail.

Carla prossegue acrescentando que não é um robô, é um ser humano, é não aceitará esse tipo de tratamento. Ressalta que não gosta, nem confia em IA, e pergunta o que será feito com a gravação, realizada por Mariana. Guilherme ressalta que na visão dele, também prefere o papel. Mariana responde que nós temos método, e que encaminharia como consultiva. Carla pondera, que não autoriza Mariana encaminhar para ninguém, para ficar rodando na cidade, repetindo que não confia em IA. Mariana observou que encaminharia para o grupo do Conselho Gestor do Parque da Fonte no whatsapp. Carla questiona sobre ter pessoas no grupo que não são conselheiros. A resposta de Guilherme é que só tem Conselheiros e suplentes. Guilherme pondera a Mariana que para evitar problemas, sigamos no papel, que será melhor. Mariana responde que não, que vai encaminhar, pois no início da reunião, perguntou, e todo mundo teve acordo. Depois não vão dizer que ela é contra a reunião, é a pessoa mais favorável. Para ela é muito importante poder estar em todos os espaços.

Marísia lembra sobre a quarta e quinta ata, Guilherme afirma que manteremos o já acordado. Carla conta que agora, Guilherme disponibilizou as três primeiras atas. Expõe ainda, que, se Eduardo teve, desde agosto até agora para fazer três atas. Ninguém tem o direito de pressioná-la. E como é interrompida, ela afirma que quer concluir, e que gostaria de poder concluir - qualquer frase - sem ser interrompida. Eduardo segue falando junto, e Mariana diz tchau gente, e saí no meio da fala de Carla deixando a reunião às dezesseis horas e onze minutos. Eduardo concluí sua fala sobre a fala de Carla e saí com Mariana e Tadashi.

Carla só então concluí, que vai fazer a ata, vai disponibilizar através do e-mail, e cada um vai colocar lá: " ah não foi assim, ou foi assim e tal " assina. Mas ela acredita que antes de aprovar as atas quatro e cinco. Temos que aprovar as atas um, dois e três respectivamente.

Marísia diz que já foram aprovadas, e que na última reunião acordamos que tem data para entregar.

Carla responde que está certo, mas ela não quer pressão para cabeça dela. O que ela disse, e a Marísia sabe do que ela está falando, “homem branco pode tudo. E mulher preta não pode nada.” E ela está cansada, é um tratamento muito agressivo, e ela não vai mais aguentar isso. Essa é a última reunião que ela aguentou, em próximas, essa postura será responsabilizada.

Guilherme pergunta se tem algo que podem ajudar. Ao que Carla responde, tudo que ela já falou em reunião.

Guilherme informou ao Conselho, que foi nomeado oficialmente como coordenador Suplente do Conselho Gestor do Parque da Fonte do Peabiru. A nomeação se dá pela Portaria da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) nº 96, de 27 de novembro de 2025, disponibilizada em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-do-verde-e-do-meio-ambiente-svma-96-de-27-de-novembro-de-2025>.

Nada mais havendo a tratar, o Coordenador Suplente Guilherme Henrique Silva Pereira encerrou os trabalhos da quinta Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Parque da Fonte do Peabiru às dezesseis horas e vinte e um minutos. Da qual eu, Carla Fabiane Modesto, lavrei a presente ata.

Estiveram presentes os conselheiros que assinaram a Lista de Presença, constante como ANEXO 1 desta Ata.

São Paulo, 27 de março de 2026.

Conferência:



Carla Fabiane Modesto

Conselheira e 1º secretária do Conselho Gestor do Parque da Fonte do Peabiru

Guilherme Henrique Silva Pereira

Coordenador suplente do Conselho Gestor do Parque da Fonte do Peabiru